

Assunto:

Apura possíveis irregularidades nas medidas adotadas na gestão da educação, no ano de 2008, pelo Município de São João de Pirabas

1.4.4. Processo nº 000109-150/2014**Requerente:**

Denúncia anônima

Requerido:

Câmara Municipal de Belém

Origem:

4ª PJ de Direitos Constitucionais e do Patrimônio Público da Capital

Assunto:

Apura a nomeação do Coronel Marco Antônio Machado para a Chefia da Assessoria Militar da CMB, quando o mesmo seria Comandante de Companhia da PM em Tucuruí

1.4.5. Processo nº 000144-012/2015**Requerente:**

Ministério Público do Estado do Pará

Requerido:

Conselho Escolar da Escola Estadual de Educação Infantil "Bom Jesus"

Origem:

4ª PJ Cível de Defesa da Probidade Administrativa de Abaetetuba

Assunto:

Apura denúncia de mau uso de recursos públicos pelo Conselho escolar da Escola Bom Jesus, localizada na região das ilhas do Rio Maracapuru-Miri.

1.4.6. Processo nº 000499-116/2013**Requerente:**

Luis Henrique Alves Paiva

Requerido:

Serviço Social do Comércio - SESC

Origem:

2ª PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa da Capital

Assunto:

Apura denúncia de irregularidades no âmbito do Serviço Social do Comércio - SESC, como nepotismo, venda de bens da entidade, doação de bens sem autorização, desvio de função de servidores, irregularidades de entidades que compõem a Federação do Comércio, etc.

1.4.7. Processo nº 000404-450/2015**Requerente:**

Ministério Público do Estado do Pará

Requerido:

Secretaria Municipal de Saúde de Ananindeua

Origem:

4ª PJ da Infância e Juventude de Ananindeua

Assunto:

Apura o andamento do programa "teste do pezinho" no Município de Ananindeua

1.4.8. Processo nº 000117-440/2015**Requerentes:**

José Armando Batista Santos

Requerido:

Oswaldo Lopes Miranda; Município de Ananindeua

Origem:

2ª PJ de Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo de Ananindeua

Assunto:

Apura denúncia de edificação irregular em via pública

1.4.9. Processo nº 000185-012/2015**Requerente:**

Ministério Público do Estado do Pará

Requeridas:

Empresas de Transportes Coletivos Urbanos e Distritais

Origem:

2ª PJ de Santa Izabel do Pará

Assunto:

Apura denúncias de que empresas de transporte público que atuam no município de Santa Izabel do Pará não estariam respeitando o direito de gratuidade aos idosos.

1.4.10. Processo nº 000530-477/2015**Requerente:**

M.L.S.P.

Requerido:

L.G.S.P.

Origem:

3ª PJ Cível de Ananindeua

Assunto:

Apurar denúncia de negligência em desfavor de pessoa idosa interdita judicialmente

1.5. Processos de Relatoria do Conselheiro ESTEVAM ALVES SAMPAIO FILHO:**1.5.1. Processo: nº 003239-477/2015****Requerentes:**

Conselho Estadual de Educação / Ministério Público do Estado do Pará

Requerido:

Sistema de Ensino Paulo Freire

Origem:

1ª PJ Cível de Ananindeua

Assunto:

Apura o funcionamento irregular do Estabelecimento de Ensino "Paulo Freire

1.5.2. Processo: nº 000073-001/2015**Requerente:**

Ministério Público do Estado do Pará

Requerido:

Prefeitura Municipal de Belterra

Origem:

9ª PJ de Santarém

Assunto:

Apura possíveis irregularidades quanto à existência de servidores temporários ocupando vagas ofertadas por edital de concurso público no quadro da Prefeitura de Belterra

1.5.3. Processo: nº 000058-001/2015**Requerente:**

Associação dos moradores da Vila Landy

Requerido:

Em apuração

Origem:

12ª PJ de Marabá

Assunto:

Apura possível grilagem de terras referente às Fazendas Landy, Fazenda Maria Joana e Fazenda Paraíso no Município de São João do Araguaia

1.5.4. Processo: nº 006353-003/2015**Requerentes:**

Carolina Queiroz Monteiro e outros

Requerido:

Assembleia Legislativa do Estado do Pará - ALEPA e Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa - FADESP

Origem:

4ª PJ dos Direitos Constitucionais Fundamentais e dos Direitos Humanos da Capital

Assunto:

Apura denúncia de irregularidade no Concurso Público para provimento de vagas na Assembleia Legislativa do Estado do Pará, regido pelo Edital nº 001/2006, e executado pela FADESP

1.5.5. Processo: nº 000052-012/2015**Requerente:**

Comunidade do Loteamento Guajará II - Maguari - Ananindeua/PA

Requerido:

Em apuração

Origem:

2ª PJ Cível de Ananindeua

Assunto:

Apuração de denúncias de irregularidades na Associação Comunitária do Loteamento Guajará, que não estaria cumprindo com suas finalidades.

1.5.6. Processo: nº 000066-012/2015**Requerente:**

Ministério Público do Estado do Pará

Requerido:

Secretaria de Estado de Educação - SEDUC/PA

Origem:

6ª PJ dos Direitos Constitucionais Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa da Capital

Assunto:

Apura o déficit de professores na modalidade de Educação Especial, no Estado do Pará

1.5.7. Processo: nº 000095-001/2015**Requerentes:**

A coletividade; Ministério Público do Estado do Pará

Requerido:

Em apuração

Origem:

PJ de Soure

Assunto:

Apura Irregularidades na prestação de contas do exercício financeiro do ano 2004, referente a recursos federais transferidos pelo FNDE por intermédio dos Convênios de nºs 186/04 e 254/04, celebrados com o Município de Soure

1.5.8. Processo: nº 000067-001/2015**Requerentes:**

Rosilene Barros de Souza

Requerido:

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Pará - IASEP

Origem:

PJ de São Francisco do Pará

Assunto:

Apura inexistência de medicamentos para tratamento oncológico de paciente do plano de saúde IASEP

1.5.9. Processo: nº 002515-110/2014**Requerentes:**

Ministério Público do Estado do Pará

Requerido:

Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Breu Branco

Origem:

PJ de Fundações, Entidades de Interesses Social, Falência e Recuperação da Capital

Assunto:

Apuração de contas relativas ao ano-calendário 2013

1.5.10. Processo: nº 006921-003/2015**Requerentes:**

Ministério Público do Estado do Pará

Requerido:

Centro de Extensão, Treinamento e Aperfeiçoamento Profissional - CETAP; Prefeitura Municipal de Ananindeua

Origem:

4ª PJ Cível de Ananindeua

Assunto:

Apuração de relato de possível irregularidade em concurso público do Município de Ananindeua, no que concerne a pessoa portadora de necessidades especiais.

2. Comunicação de Vagas**3. O que ocorrer**

Belém, 19 de abril de 2016.

ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior

Protocolo 952975

PORTARIA Nº 32/2016-PJDCCB/MP/PA

Investigante: 4ª Promotoria de Justiça Cível de Benevides

Assunto: Apuração da questão da quantidade e qualidade do transporte público em Benevides, inclusive a prestação desse serviço por ônibus dito clandestino.

Dra. Regiane Brito Coelho Ozanan - Promotora de Justiça Titular.

Regiane Brito Coelho Ozanan

Promotora de Justiça

Protocolo 952999

Extrato do inquérito Civil nº 000980-125/2015-MP/PJ/DPP/MA
A PROMOTORA DE JUSTIÇA NO EXERCÍCIO DO 5º CARGO DA PROMOTORIA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA, Dr. ALEXANDRE MANUEL LOPES RODRIGUES, torna pública a instauração do Procedimento Preparatório nº 000980-125/2015-MP/PJ/DPP/MA, que se encontra à disposição na sede do Ministério Público, na Rua João Diogo, nº 100, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.

Portaria de Instauração nº 013/2016

Data da Instauração: 03/03/2016

Objeto: Apurar possíveis irregularidades no recebimento de pacientes vindos de outros Municípios pela Clínica Oftalmológica Altair Trindade, cujo objetivo é o exame da legalidade e da legitimidade dos atos de gestão.

Representante: Secretaria Municipal de Saúde - SESMA e Ministério Público do Estado do Pará - MPE/PA.

Representados: Clínica Oftalmológica Altair Trindade.

Promotora de Justiça: 5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA

Promotora de Justiça: ALEXANDRE MANUEL LOPES RODRIGUES.

Protocolo 953003

Extrato do inquérito Civil nº 000168-151/2015-MP/PJ/DPP/MA

O PROMOTORA DE JUSTIÇA NO EXERCÍCIO DO 5º CARGO DA PROMOTORIA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA, Dr. ALEXANDRE MANUEL LOPES RODRIGUES, torna pública a conversão do Procedimento Preparatório em Inquérito Civil nº 000168-151/2015-MP/PJ/DPP/MA, que se encontra à disposição na sede do Ministério Público, na Rua João Diogo, nº 100, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.

Portaria de Instauração nº 015/2016

Data da Instauração: 14/03/2016

Objeto: Apurar ato que em tese possa caracterizar ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública, atribuída ao Sr. Secretário de Estado de Cultura - SECULT, Sr. P.C., por fornecer de forma incompleta e imprecisa, informações requisitadas pelo Ministério Público e por